

UNIVERSIDADE OFF-LINE

FRANCISCO RUI CÁDIMA*

Partindo da constatação de que, cada vez mais, a educação e a formação passam pelos *media* e sobretudo pelos novos *media*, pretende-se nesta comunicação reflectir sobre os limites dessa ruptura no sistema de ensino, designadamente no plano do Audiovisual e dos *Media Interactivos*, contribuindo dessa forma para o estudo e aplicação de um modelo de reciclagem desta área no actual sistema universitário, na perspectiva de uma cada vez maior integração das ciências da comunicação no quadro mais geral da cooperação entre cidadãos e nações que partilham a língua portuguesa, particularmente daqueles que se inserem no seio da grande comunidade académica lusófona.

Naturalmente que para essa reforma de estruturas e mentalidades se torna imprescindível uma integração cada vez mais rápida das tecnologias da informação no sistema de ensino, sem o que as universidades passam efectivamente a correr o risco de se auto-excluírem do crescente e complexo desenvolvimento da Sociedade da Informação. Desse ponto de vista o ensino, hoje, já não pode ser apenas presencial/expositivo, deve ser cada vez mais interactivo e virtual, no que a palavra tem de abertura e de acessibilidade. Porventura, à Universidade, resta-lhe dissolver-se virtualmente na Net. Muitas delas, aliás, já começaram a aprender esta lição. E as que o não entenderam correm já sérios riscos.

* Director do Observatório da Comunicação Social (OBERCOM). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Hoje, em Portugal, no início do ano 2000, não se compreende, por exemplo, como não há ainda uma decisão de obrigatoriedade de publicação das teses de mestrado e doutoramento *on-line*. Não se compreende também a falta de uma decisão relativamente à criação de cursos com a componente *on-line*. Enfim, não se compreende a inexistência de investimento na formação mais clássica, ainda no modo analógico.

As novas estratégias de formação devem ser vistas quer no quadro da Europa dos Cidadãos que todos queremos construir, quer no âmbito das comunidades lusófonas, um espaço de comunicação cada vez mais partilhado. Particularmente na área da televisão, e mercê também da inovação tecnológica, temos vindo a assistir ao regular aparecimento de novos canais temáticos na área da cultura, na área do documentário, inclusivamente na área da história, da medicina, etc. Essa pulverização de canais e redes emissoras tem contribuído, sem dúvida, para uma diversificação da oferta televisiva e dos novos conteúdos, que, no entanto, não têm tido a resposta mais eficaz por parte das entidades de formação.

Do nosso ponto de vista, essa diversidade de novos canais e as potencialidades tecnológicas das novas redes de distribuição – ainda em grande parte por explorar na sua plenitude – permitem-nos olhar estes primeiros anos do século XXI, com algum optimismo se pensarmos apenas na dimensão «infraestrutura», mas com algum pessimismo, se pensarmos na diversidade e qualidade dos conteúdos em função das capacidades europeias no domínio da formação.

A comunhão de culturas, o intercâmbio de experiências, enfim, a sociedade de informação pan-europeia e mundial, estarão certamente consagradas no novo mapa audiovisual que vamos construindo dia-a-dia, procurando o melhor equilíbrio entre os mercados globais e as experiências locais, o mesmo será dizer, entre uma procura generalista e uma procura temática, ou entre uma procura de «massa» e uma procura de «nicho». Este é um primeiro equilíbrio, uma primeira partilha. Mas, para além da questão da diversidade, há uma outra partilha que convém aqui referir – e para a qual temos capacidade tecnológica, mas não «conceptores de conteúdos» – que é a questão da interactividade.

Daí que seja necessário encontrar uma disponibilidade inequívoca, no nosso caseiro caso, da tutela da Educação para que as Universidades portuguesas, algumas delas – veja-se o caso das humanísticas – não fiquem, definitivamente, atrás de algumas escolas secundárias, como eternos info-excluídos.

Nessa tão desejada adesão da Universidade portuguesa à Sociedade de Informação importa ver onde é que surgem – e com que importância – iniciativas integradas com programas de apoio ao audiovisual e ao multimedia no âmbito do ensino mais genérico e não apenas no âmbito das «indústrias culturais», como temos visto suceder em programas das tutelas

da Cultura e da Ciência e Tecnologia. E onde é que a Educação surge integrada numa política inter-sectorial que tenha como objectivo estratégico potenciar os investimentos públicos no âmbito da convergência de sectores, entre o audiovisual, as telecomunicações e a informática. De igual modo, como potenciar esse saber fazer de forma mais partilhada e global?

De forma mais prosaica: a Universidade que temos hoje ainda vive, de algum modo, à sombra das práticas dos colégios medievais, mas com uma diferença: na Idade Média, as bibliotecas universitárias satisfaziam as necessidades de estudantes e investigadores. Hoje, não. Começamos então por aí...

A reforma do ensino do audiovisual e dos media interactivos passa, desde logo, pela reflexão da sua estratégia transversal a todo o sistema de ensino, antes ainda de ponderar a questão das Infraestruturas técnicas (ou infoestruturas? – como dizia Guterres) e de produção para a convergência de sectores e a indústria de conteúdos. Desse ponto de vista, naturalmente que o quadro regulamentar deve ser pensado, tal como o âmbito do «mercado», mas obviamente que o fundamental aqui é a reflexão política e estratégica, que subordinará todas as outras. Mas vejamos: qual tem sido o papel do Estado no desenvolvimento de uma Indústria de Conteúdos e no apoio à formação de quadros. Se na área das engenharias informáticas o problema foi remediado, nas áreas de conteúdos, de escrita de guião, de gestão de projectos, é o vazio absoluto. E isto quer em termos de decisão política, quer em termos de decisão académica.

Se há de facto uma área em que a legitimidade do Estado é absoluta para investir o dinheiro dos contribuintes, essa é a Educação e a Formação, e também a I&D. Mas aqui o défice é escandaloso. Os cursos públicos que formam nas áreas em discussão são manifestamente insuficientes e apresentam carências de toda a ordem. Há um enormíssimo investimento a fazer neste campo – investimento integrado, note-se –, que aliás não pode ser deslocado da formação mais abrangente e genérica de que o país muito está necessitado.

Mas, como é óbvio, não podemos estar a trabalhar por etapas, e de forma absolutamente estanque. Enquanto se melhora a formação é necessário não abandonar a produção. Produção de televisão de qualidade sobre cultura e património portugueses (divulgação, documentários, séries, filmes e telefilmes: os anos 90 estão praticamente no zero neste âmbito – o que se tem feito é indexar à produção nacional programas de fluxo, novelas de duvidoso interesse público e telelixo); produção de cinema, designadamente de filmes com capacidade de declinação para televisão, de forma a chegar ao público, mas também de cinema de autor – ambos cumprindo esse desiderato maior de fazer chegar aos ecrãs a cultura, a identidade nacional e a natureza do ser português; produção de multimedia, sobretudo como suporte de formação para as áreas educativas, perspectivando desde

já sistemas de ensino on-line e interactivos. Não esqueçamos, como diz Toffler, que as escolas estão desenhadas para criar empregados de fábricas de segunda vaga...

E é por demais óbvio que esta paixão educativa só pode ser uma e racionalizada. Não pode estar subdividida sem qualquer coordenação por ministérios como o ME (programa Nónio; programas Aprender a Sociedade de Informação), o MCT (Missão para a Sociedade de Informação, Agência de Inovação, Praxis, Internet nas Escolas), o MC (ex-iniciativa Mosaico, Programa *Media*), o MEPAT (vários programas com a DGXIII), o MA (SEJ – Programa de Formação da Fundação para as Tecnologias da Informação), etc. etc.

É assim claro que se torna cada vez mais urgente estabelecer uma política integrada de formação para a Indústria de Conteúdos no quadro da convergência de sectores (Audiovisual – Telecomunicações – Multimédia) na era digital e associada à I&D para a Sociedade da Informação. Da mesma maneira há que incentivar a criação de interfaces entre as universidades e as empresas através de contratos-programa com unidades de investigação/formação nas áreas da Indústria de Conteúdos. Importa garantir mais especificamente uma ligação efectiva entre o sistema de ensino / formação e o mundo do trabalho, designadamente através de estágios profissionais, workshops, linhas de financiamento de programas de incentivo às empresas para receber os estagiários

Associado a este projecto de política educativa para a era digital continua a fazer também todo o sentido a criação de um canal de televisão para a Educação, a Cultura e a Ciência, participado pelas Universidades portuguesas, pelos operadores de televisão e por outros actores institucionais, públicos ou privados, que se pretende interactivo assim que possível, sendo que a plataforma da DVB-T poderia substituir a «velha» plataforma do cabo com algumas vantagens, sobretudo no plano da universalidade do serviço. Um canal para a ciência teria enormes vantagens, sobretudo no domínio das sinergias com o multimedia, a Internet, a educação à distância, etc. A tese já defendida pelo próprio governo, da necessidade de uma política estratégica no quadro das «info-estruturas», defendida também no Livro Verde da Sociedade de Informação, poderia ter uma outra visibilidade sobretudo no plano da indústria de conteúdos e da criação de uma massa crítica de conceptores, vital para este país. Este é de facto um dos projectos que teria maior interesse no quadro da cooperação comunicacional e científica das diferentes comunidades de língua portuguesa.

Paralelamente e nos graus inferiores, continuam a faltar escolas de formação profissional para os novos conteúdos tal como a nível politécnico e se mantém o mesmo quadro de formação no domínio do Audiovisual e do Multimédia, praticamente sem alterações. Importante também é a imple-

mentação de cursos e disciplinas de formação e educação para os media e o multimedia nas escolas secundárias.

Integrar nos *curricula* do ensino obrigatório a componente da educação para os *media* nas vertentes de cinema, audiovisual e multimédia, garantindo-se o desenvolvimento curricular, a formação inicial e contínua dos professores e a afectação dos recursos materiais necessários. Ao nível ainda do ensino secundário, importa criar laboratórios de audiovisuais e multimedia que permitam a docência de uma disciplina opcional nestas áreas e o desenvolvimento de experiências e projectos inovadores.

Importa finalmente deixar um conjunto de referências expressas no Livro Verde para a Sociedade de Informação que se integram numa estratégia mais vasta a que demos a designação de Indústria de Conteúdos. Assim, a escola deve ser o garante do princípio da democraticidade no acesso às TIC's (Tecnologias da Informação e da Comunicação). Nesse aspecto, é o centro, por excelência, para potenciar fluxos, associando a digitalização da informação ao aparecimento do multimedia e à difusão das redes telemáticas, introduzindo a generalização da utilização da informática na rede escolar de bibliotecas e permitindo o acesso generalizado às redes electrónicas de informação, criando novos conteúdos programáticos e estimulando novas práticas pedagógicas adaptadas às TIC's e aos novos conteúdos culturais/educacionais.

Paralelamente, e ainda de acordo com as propostas do Livro Verde para a Sociedade de Informação há que dar continuidade à formação nesta áreas em concreto e à sua interacção com as redes de Ciência, Tecnologia e Sociedade que procura, no fundo, que as bibliotecas públicas evoluam para mediatecas, de Investigação Científica, Cultura e Educação, de apoio às Universidades na transmissão do conhecimento científico e cultural e ao desenvolvimento de bibliotecas digitais e da Indústria de conteúdos culturais e de multimedia nas universidades, sem esquecer a imperiosa necessidade de prover as redes interuniversitárias da largura de banda suficiente de forma a permitir débitos que integrem imagem, voz e dados.

Neste novo processo, que se espera não fique eternamente adiado, assistir-se-á com certeza à confirmação de que através do refortalecimento da possibilidade real de informar e de ser informado se joga uma maior participação do cidadão na vida política do país e na construção de uma nova comunidade «virtual» feita de múltiplas diásporas da língua portuguesa. Estamos certos que os novos conteúdos serão a prova de que a televisão e os novos media serão uma janela aberta para a sociedade participada e aberta do século XXI, e consagrarão, portanto, a tendência para a tão necessária Sociedade da Informação e do conhecimento, enfim, para a construção de uma comunidade lusófona de ciências da comunicação na qual certamente todos estamos empenhados e que nunca como agora esteve tão perto de se constituir de forma duradoura e consistente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Pedro et alii, «A Universidade Virtual – a flexibilidade espacial e temporal do novo paradigma de ensino», <http://bocc.ubi.pt/pag/almeida-pedro-universidade-virtual.html>
- CÁDIMA, Francisco Rui, *Desafios dos Novos Media*, Editorial Notícias, Lisboa, 1999. «Questões em torno do desenvolvimento científico e tecnológico português face às indústrias da convergência» – <http://bocc.ubi.pt/pag/cadima-desenvolvimento-cientifico-convergencia.html>
- CASTELLS, Manuel, *La Era de la Información – Economía, Sociedad, Cultura*, Madrid, Alianza Editorial, 1998.
- PROULX, Serge et alii, «Interactividade técnica – simulacro de interacção e de democracia?», *Tendências XXI*, n.º 2, APDC, Lisboa, Setembro de 1997.

Outros documentos

- Livro Verde da Sociedade de Informação*, Ministério da Ciência e Tecnologia, 1997.
- Relatório da Comissão Interministerial Para o Audiovisual*, Ministério da Cultura, Lisboa, 1997.
- Relatório da Comissão de Reflexão sobre o Futuro da Televisão*, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1996.